

A. I. Nº. - 281906.0063/08-7
AUTUADO - AFT – FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA.
AUTUANTE - LUIZ GONZAGA MELLO DE ALMEIDA
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTERNET - 26. 05. 2009

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0121-01/09

EMENTA: ICMS. EMISSOR DE CUPOM FISCAL (ECF). FALTA DE INFORMAÇÃO À SEFAZ DO PROGRAMA APLICATIVO PARA ENVIO DE COMANDOS AO SOFTWARE BÁSICO. MULTA. O contribuinte deixou de informar ao fisco, conforme determinado pela Portaria nº 53/05, em seu art. 23, o nome e a versão do aplicativo que estava utilizando até junho de 2006. Infração subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Através do Auto de Infração em lide, lavrado em 16/09/2008, foi sugerida a multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de R\$1.380,00, correspondente à acusação de omissão de informação à SEFAZ do programa aplicativo utilizado para envio de comandos ao software básico de equipamento de controle fiscal, aplicada por cada equipamento.

Constam dos autos: Termo de Apreensão e Ocorrências nº 281906.0060/08-0 (fl. 03), cópia da leitura “X” (fl. 05), Termo de Intimação (fl. 06), Termo de Visita Fiscal (fl. 07), cópia do extrato “ECF Nome do Aplicativo” (fl. 08) e do extrato “ECF Detalhado” (fl. 11).

O autuado impugnou o lançamento tributário à fl. 16, quando requereu o cancelamento do Auto de Infração, tendo em vista que já informara à SEFAZ o aplicativo utilizado para envio de comandos ao software básico do ECF e a versão utilizada, já homologada pela fiscalização.

O autuante prestou informação fiscal à fl. 20, observando que o contribuinte foi autuado por não ter informado à SEFAZ, mesmo depois de intimado, o aplicativo utilizado para envio de comandos ao software básico do ECF, conforme determina a Portaria nº 53/2005.

Salienta que a despeito de o impugnante ter afirmado que já teria prestado informação a respeito do aplicativo, de acordo com o art. 23 da mencionada Portaria, publicada no Diário Oficial de 21/01/2005, os contribuintes do ICMS, usuários dos programas de que trata, deveriam comunicar ao Fisco, até 30 de junho de 2006, o nome e a versão do aplicativo que estavam utilizando.

Ressalta que tendo sido constatado que o contribuinte não observara a referida norma, o fisco adotou um procedimento cauteloso, intimando-o em 02/09/2008 a comunicar o aplicativo utilizado para envio de comandos ao software básico do ECF (fl. 06). De acordo com a consulta efetuada ao sistema ECF em 16/09/2008 (fl. 08), nenhum aplicativo foi informado. Ademais, nesse sistema permanece ausente a informação relativa ao aplicativo utilizado pelo autuado.

Tendo em vista que não foi apresentada na defesa nenhum comprovante concernente à efetivação da informação do aplicativo utilizado, entende que o Auto de Infração deve ser mantido.

VOTO

O Auto de Infração se refere à multa por descumprimento de obrigação acessória, que consistiu na falta de informação ao fisco, por usuário de programas aplicativos de que trata a Portaria nº 53/05,

do nome e da versão do software utilizado, cujo prazo determinado nessa Portaria era até o dia 30/06/06.

A defesa requereu a improcedência do auto de infração, sob a alegação de que já teria prestado informação a respeito do aplicativo.

Já o autuante ressaltou o fato de que o contribuinte não prestara a mencionada informação, o que se constitui em um fato comprovado nos autos, apesar de na defesa ter sido sustentado o oposto.

Esclareço, inicialmente, que o Convênio ICMS nº 85/01, recepcionado pelo RICMS/BA, em seus artigos 824-A e seguintes, que trata sobre os requisitos para utilização de hardware e de software para desenvolvimento de equipamento emissor de cupom fiscal (ECF), estabelece os procedimentos aplicáveis ao contribuinte usuário de ECF e às empresas credenciadas, estabelece em sua Cláusula Terceira, inciso III, a definição da expressão “Software Básico - SB” como conjunto fixo de rotinas, residentes na placa controladora fiscal, que implementa as funções de controle fiscal do ECF e funções de verificação do hardware da placa controladora fiscal – PCF que, conforme inciso I, da mesma Cláusula Terceira, é o conjunto de recursos internos ao ECF, que concentra as funções de controle fiscal.

Enquanto isso, na Cláusula Septuagésima Segunda é definido o que seja contribuinte usuário, isto é, o estabelecimento inscrito no cadastro de contribuintes da unidade federada que possua ECF autorizado para uso fiscal; estabelecimento credenciado, que vem a ser o estabelecimento inscrito no cadastro de contribuintes da unidade federada que esteja por ela autorizado a proceder a intervenção técnica em ECF; e programa aplicativo fiscal (PAF-ECF), que consiste no programa desenvolvido para possibilitar o envio de comandos ao Software Básico do ECF. O contribuinte somente poderá utilizar o programa aplicativo após este estar previamente cadastrado na SEFAZ pelo estabelecimento credenciado.

A Cláusula Septuagésima Quarta, inciso IV, do referido convênio determina que o formulário destinado ao pedido de uso do ECF deverá conter, dentre outros itens, a identificação do Programa Aplicativo, no caso de ECF-IF. Deste modo, quando do pedido de uso do equipamento, o contribuinte deveria ter identificado para a SEFAZ/BA, o programa aplicativo fiscal que seria utilizado para o envio de comandos ao software básico existente no equipamento ECF.

O artigo 824-D do RICMS/97, de acordo com o disposto acima, determina que o programa aplicativo fiscal utilizado para envio de comandos ao software básico do ECF deverá estar previamente cadastrado na SEFAZ, previsão esta que se encontra inserida no seu § 3º, conforme transcrevo em seguida:

“Art. 824-D

[...]

§ 3º. *O contribuinte deverá informar à SEFAZ o programa aplicativo utilizado para comandar o ECF, sempre que solicitar habilitação de uso, devendo, na hipótese de alteração do programa aplicativo, informar o novo programa utilizado.*”

Acrescento que a Portaria nº. 53/2005, que estabelece normas e procedimentos relativos ao cadastro de programa aplicativo fiscal, determina por meio do art. 23 que os contribuintes usuários de programas aplicativos, devem comunicar ao Fisco, até 30/06/2006, o nome e a versão do programa aplicativo utilizado.

Verificando os elementos constitutivos do presente processo, constato que mesmo depois de formalmente intimado em 02/09/2008, de acordo com o correspondente Termo de Intimação, o autuado não cumpriu a exigência acima descrita, o que torna caracterizada a infração cometida pelo impugnante, considerando o não cumprimento da obrigação acessória legalmente prevista. Constato que a multa aplicada encontra-se expressamente definida no item 1.3 da alínea “e” do inciso XIII-A do art. 42 da Lei nº 7.014/96.

Diante do exposto, concluo ter ficado evidenciado nos autos o cometimento, por parte do contribuinte, da infração que lhe foi imputada.

Voto pela procedência do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o auto de infração nº. **281906.0063/08-7**, lavrado contra **AFT – FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$1.380,00**, prevista no item 1.3, da alínea “a” do inciso XIII-A do artigo 42 da Lei nº. 7.014/96, com os acréscimos moratórios estabelecido pela Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 06 de maio de 2009.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA – RELATOR

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS – JULGADOR